

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

USOS POLÍTICOS DO PASSADO: LITERATURA, HISTÓRIA E TEMAS SENSÍVEIS

Vera Lúcia Silva Vieira
Doutorado em História (Unesp-Franca)
Escola Municipal Deputado Wison da Paixão
veravieira.luci@gmail.com

Resumo:

Como parte de um conjunto de reflexões, ainda provisórias, que dizem respeito aos usos públicos e políticos do passado, busco aproximar história, literatura e direitos humanos, com atenção especial para o estudo de temas sensíveis no ensino de história. Privilegiando os vínculos éticos e estéticos do ato de ensinar, o objetivo é pensar sobre os caminhos da prática historiográfica e o papel do ensino de história, bem como de parte da literatura recente do Brasil na constituição de políticas de memória, a partir do diálogo com as obras *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski (2011) e *A resistência* (2015), de Julián Fuks. Abordagem que traz desafios éticos e políticos que se somam às dificuldades da sociedade brasileira em inscrever, como memória pública em diferentes espaços sociais, o seu passado violento. Neste sentido, destaco o caráter político, sensível e estético da literatura e do ensino de história, múltiplos saberes que podem contribuir para a construção do pensamento plural e formulação de outras formas de racionalidades para pensar o outro.

Palavras-chave: História; Literatura; Temas sensíveis.

Como parte de um conjunto de reflexões, ainda provisórias, que dizem respeito aos usos públicos e políticos do passado, busco aproximar história, literatura e direitos humanos, com atenção especial para o estudo de questões e temas sensíveis no ensino de história, visto como espaço possível para a constituição e inscrição de políticas de memória.

Compreendendo que historiadores e professores de História são intelectuais públicos, não somente pela operação inerente ao processo de ensino-aprendizagem, mas também pela sua atuação sobre a realidade (PENNA, 2018, p.109), torna-se importante refletir sobre os caminhos da prática historiográfica e do ensino de história, em especial, frente ao crescimento dos discursos negacionistas na contemporaneidade. Pensar estas questões envolve desafios didáticos, epistemológicos, éticos, políticos e estéticos que se

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

somam às dificuldades da sociedade brasileira em inscrever, como memória pública em diferentes espaços sociais, o seu passado violento.

Privilegiando os vínculos éticos e estéticos do ato de ensinar, proponho pensar sobre o papel do ensino de história e de parte da literatura recente do Brasil na constituição e *inscrição* de políticas de memória, a partir do diálogo com as obras *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski (2011) e *A resistência* (2015), de Julián Fuks. A operação analítica ocorre a partir dos conceitos de *Stimmung* e latência, de Hans Ulrich Gumbrecht e do estudo de Temas Sensíveis, na perspectiva de Nilton Mullet Pereira e Fernando Seffner.

Reforçando a atuação do ensino de história como o campo da educação em direitos humanos, Seffner e Pereira (2018, p. 17) assumem que a escrita da história e seu ensino “não são atitudes desinteressadas, mas voltadas ao futuro – um futuro de tolerância, de reconciliação com a justiça e com os direitos”. O estudo de Temas Sensíveis traz para o centro do debate reflexões profundas que dizem respeito a memórias em disputa e que, muitas vezes, envolvem a violação de direitos humanos. São temas que, em grande medida, possuem como eixo a insistência de um *passado que não passa* e que é sentido cotidianamente. Essa perspectiva inscrita na tensão do *passado que não passa* atravessa de maneira incisiva as duas obras literárias com as quais procuro dialogar.

Neste sentido, recorro às reflexões de Gumbrecht que, em parte, dizem respeito à Alemanha do pós-Segunda Guerra Mundial e aponta para as dificuldades de lidar com o passado e com a memória dos horrores da guerra e do nazismo. Nos primeiros anos do pós-1945, o passado recente do país pesava sobre todas as pessoas. O teórico percebia que os alemães, incluindo a sua família, pareciam agir como se nada houvesse acontecido. Ainda criança, lembrava-se de referências bem “vagas” sobre a guerra como “um acontecimento” passado antes dele nascer e que, pelo tom das conversas, “nem era necessariamente ruim” (GUMBRECHT, 2014, p.30).

Aos poucos, à medida que o passado e as histórias da guerra iam se aproximando dele por outras vias que não a família, Gumbrecht começava a sentir a “presença” de um passado que parecia ser ignorado pelos sobreviventes. Era possível identificar uma sensação de abismo profundo em relação ao vivido. Já certo dos horrores do passado, do qual sua geração não poderia sentir-se culpada, uma vez que eram ainda crianças ou nem

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tinham nascido, ele foi tomando consciência do que significava “herdar um passado que não se quer, mas do qual não se consegue ficar excluído” (GUMBRECHT, 2014, p.344).

A “atmosfera de *latência*” ou *Stimmung* de latência relaciona-se às condições de sensibilidade do passado, daquilo que pode tornar o passado “imediata e intuitivamente presente” (GUMBRECHT, 2014, p.42) e que sinaliza tensões e angústias, despertando sentimentos de desconforto que afetam nossos corpos, bem como desafiam o poder de discernimento e de descrição. Percepções que envolvem um estado permanente de espera e angústia, ou seja, o que se vislumbra é a sensação da estranha presença de um passado que não desapareceu e insiste, mesmo que aparentemente mostrasse ter perdido seu impacto.

O conceito de *Stimmung* envolve um processo além do campo hermenêutico. Ler um texto “com a atenção voltada ao *Stimmung*” (GUMBRECHT, 2014: 14) significa que a dimensão textual, mais que atribuir sentidos e significações às coisas, é capaz de produzir experiências e percepções que também são físicas, provocando “sensações interiores sem que questões de representação estejam necessariamente envolvidas” (GUMBRECHT, 2014:14).

Como já mencionei, essa “atmosfera de latência”, na presença ambígua e incerta do passado, percorre de maneira lapidar as obras aqui selecionadas. Um dos aspectos que atravessam o ofício de historiadoras e historiadores (seja na pesquisa ou no ensino) é pensar as dimensões éticas e a responsabilidade social e coletiva que envolve as formas pelas quais a nossa sociedade lida com seus passados e problematizar o quanto esse passado ainda é constituidor dos modos de criar nossas relações no presente (PEREIRA, 2018). Aspectos que indiciam as intensas disputas pelas narrativas do vivido e que dizem respeito, sobretudo, à elaboração do passado e seus usos públicos e políticos.

Passados recentes e as disputas que suscitam colocam em pauta os limites do conhecimento e a tensão entre subjetividade e objetividade. Se, em termos epistemológicos, a busca da história não pode ser pelo estabelecimento de uma verdade única e indiscutível; se é da natureza da história a necessidade contínua de reescrita, sem esquecer seu caráter provisório e fragmentário, como lidar com negacionismos que colocam em suspenso a prática historiográfica e as evidências da história?

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Márcio Seligmann-Silva (2014) chama a atenção para a ausência de uma cultura da memória com relação à ditadura civil-militar de 1964. Comportamento que, para Sonia Meneses (2020), também é sustentado “pela falta de cuidado com o patrimônio cultural nacional, museus, centros de memória, arquivos, quase sempre ignorados pelo poder público, mas também pela desconexão de nossa produção historiográfica com setores mais amplos da população”.

Ou seja, o Brasil historicamente não tem constituído políticas de memória, ou tem feito de maneira muito frágil. Em grande parte da população brasileira ainda prevalece a visão de querer “virar a página” e enterrar a memória do período. Durante o período das atividades da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014)¹ que procurou investigar as violações de direitos humanos no período ditatorial, embora sem poder de punição, o que se viu foi uma verdadeira batalha de memórias em que a negação e o revisionismo ideológico ganharam grande repercussão (PEREIRA, 2015), o que ocorre ainda atualmente.

A comissão, mesmo dentro de suas limitações, criou perspectivas para uma possível *inscrição*, ainda que frágil, de uma memória pública da ditadura civil-militar. De acordo com Caroline Silveira Bauer (2017), a comissão contribuiu para reforçar a importância das funções sociais do historiador, possibilitou a visibilidade dos debates públicos sobre o passado autoritário recente, além de permitir que os testemunhos e memórias, antes circunscritos aos âmbitos familiares e de amigos, ganhassem a cena pública.

Por outro lado, a partir da comissão houve considerável aumento e disseminação de discursos e representações negacionistas da ditadura civil-militar que se caracterizam, não necessariamente, pela negação da realidade, mas, sobretudo, pela busca de justificativas para legitimar o terrorismo de Estado (BAUER, 2017). A partir da comissão se intensifica os negacionismos e/ou revisionismos ideológicos que podem ser vistos como uma reação simbólica no sentido de impedir e/ou reprimir a visibilidade e a fixação dessa memória no espaço público.

¹ A criação da Comissão Nacional da Verdade foi motivada a partir de intensos debates que se articularam na sociedade brasileira. Cf. BAUER, 2017.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Oportuna a perspectiva de Jaime Ginzburg (2012, p.220) ao afirmar que no Brasil, país marcado por processos históricos violentos, torna-se importante uma abordagem da literatura e da história voltada à ética e aos direitos humanos. Nesse sentido, será que a literatura pode contribuir de alguma forma para o enfrentamento da violência? Ou ainda, a literatura pode contribuir para a constituição de políticas de memória, em especial quando vemos o crescimento de negacionismos históricos?

Vladimir Safatle e Edson Teles (2008) apontam que são muitas as maneiras pelas quais o passado assombra e contamina o presente: nos traços de uma cultura política autoritária, nas múltiplas estratégias de esquecimento, nas formas insidiosas de elogio da tortura e da intervenção militar e nos usos insustentáveis do passado. O que se vê é um *passado que não passa*, impertinente, como herança que nos *resta* de passados autoritários e inconclusos, como se algo “desse passado e de como se tornou parte do nosso presente nunca terá sossego” (GUMBRECHT, 2014, p.50).

É justamente esse desassossego, esse desajuste temporal (GUMBRECHT, 2015) que aproximam as narrativas de Bernardo Kucinski e Julián Fuks: textos que falam das feridas e dos traumas no contexto das ditaduras da América Latina e que, a seu modo, buscam uma reflexão sobre nosso passado violento, esse passado que não conseguimos *deixar para trás*.

O *passado que não passa* surge na narrativa de Fuks (2015, p.19), em particular, na inquietante indagação: “Pode um exílio ser herdado?”. A escrita, que é também uma busca identitária, impulsiona a procura pelo passado marcado pelas incertezas e examina as dimensões do trauma e da memória. *A Resistência* (2015) traz os conflitos familiares do escritor, a militância dos pais na Argentina, os “deslocamentos incessantes”, as “moradas provisórias”, a adoção do irmão ainda na Argentina e a complexidade que ela envolve, a fuga dos seus pais perseguidos pela ditadura argentina em 1976 e a vinda para o Brasil, momento também marcado por perseguições, tortura e desaparecimentos.

Os silêncios e os percursos da memória afetiva e lacunar mobilizam histórias pessoais somadas às turbulências experimentadas na esfera social, na tensão e incapacidade de encontrar uma relação segura e estável com o passado: “Seríamos nós, os pequenos, tão expatriados quanto nossos pais? Devíamos nos considerar argentinos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

privados do nosso país, da nossa pátria? Estará também a perseguição política submetida às normas da hereditariedade?” (FUKS, 2015, p.19).

O autor, que nasceu no Brasil em 1981, não sofreu diretamente nem os traumas da tortura nem a perseguição política das ditaduras, porém se apresenta como herdeiro desse exílio (FIGUEIREDO, 2020), como herdeiro dessa fuga, do que ele chama de “ato imposto pela força” (FUKS, 2015, p.34). Parte do passado que o aflige vem das histórias ouvidas, das recordações precárias desencadeadas por objetos, fotografias e imagens “esmaecidas” que denunciam a própria fragilidade da memória na busca pela compreensão do passado: “vidas complexas que se entrelaçam e se permeiam com um passado coletivo, com a marcha de uma época, com as tortuosas fissuras de um tempo” (FUKS, 2015, p.35). O *passado que não passa* traz desajuste e inquietação, o que pode ser percebido na própria linguagem fragmentada que evoca as fraturas do passado que não pode ser restituído por inteiro.

A narrativa escapa. Como afirma Fuks (2015, p.137), o livro “é duplo em cada linha”. Nele, as tragédias pessoais e coletivas se entrelaçam e somos afetados pelas “cicatrizes” do vivido, as dificuldades da linguagem, as lembranças vagas, os interditos, as inquietações, as “mazelas do passado”, as interrogações sem respostas, o “luto discreto” que a mãe vivenciava, as “mortes incompletas”, sem corpos, os “lutos obstruídos”, as “histórias não contadas”, “os pensamentos insondáveis”, os “silêncios pouco memoráveis”, a “atrocidade de um regime que mata também a morte dos assassinados”, o peso do exílio e a “culpa própria dos que se salvaram” (FUKS, 2015, p.78-88). O *passado persiste* e assombra o presente em enunciados que testemunham a própria incapacidade de testemunhar. Certo de que “as palavras distorcem” (FUKS, 2015, p.73), a *resistência*, de que nos fala o título, se constrói com o que *resta*: ausências, lacunas, silêncios e impossibilidades:

Quase tudo o que me dizem, tiram; quase tudo o que quero lhes dizer se prende à garganta e me desalenta”. (FUKS, 2015, p.40)

Isto não é uma história. Isto é história. Isto é história e, no entanto, quase tudo o que tenho ao meu dispor é a memória, noções fugazes de dias tão remotos, impressões anteriores à consciência e à linguagem, resquícios indigentes[...]:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

sei bem que nenhum livro jamais poderá contemplar ser humano nenhum, jamais constituirá em papel e tinta sua existência feita de sangue e de carne. (FUKS, 2015, p.23).

Mas há pesares que não sucumbem a argumentos, há dores que não se enxergam. Há histórias que não se inventam [...], histórias que recusam a proximidade com a leveza [...]. Há casos que não habitam a superfície da memória e que, no entanto, não se deixam esquecer, não se deixam recalcar [...]. Às vezes, no espaço de uma dor cabe apenas o silêncio. Não um silêncio feito da ausência das palavras: um silêncio que é a própria ausência. (FUKS, 2015, p.75)

Na ambivalência da escrita e na persistência do passado, o que pode ser apreendido é que o passado que se quer acessar não se prende. O passado é também ficção na medida em que, como nos diz Jacques Rancière (2005, p.58). “o real precisa ser ficcionado para ser pensado”. Na angústia e inquietação que marca as condições de sensibilidade do passado, Julián Fuks (2017, p.67-84) contribui para a compreensão do enredamento das relações entre presente e passado e nas suas formulações parece ensejar uma ficção que não seja vista como oposta à verdade, mas que se volta para mostrar a sua própria complexidade.

Podemos perceber situação correlata em *K. Relato de uma busca*, de Bernardo Kucinski. A abertura do texto ocorre a partir de epígrafe bastante significativa: “*Caro leitor: tudo neste livro é invenção, mas quase tudo aconteceu*” (KUCINSKI, 2016, p.11). A narrativa de Kucinski, assim como *A resistência* (2015), buscam desestabilizar e embaralhar os campos, transgredindo e/ou diluindo as fronteiras, de onde operam formas plurais em territórios partilhados.

A narrativa de Bernardo Kucinski rememora o desaparecimento da irmã do escritor e jornalista. Ana Rosa Kucinski, juntamente com o marido, foi presa em 1974 e desapareceu pela ação dos agentes do Estado. A obra mostra a procura insistente do pai pela filha desaparecida na ditadura, desaparecimento que se arrasta ainda nos dias de hoje apesar das investigações da Comissão Nacional da Verdade (2012-2014).² Logo nas

² Sobre Ana Rosa Kucinski, Cf. <http://comissadaverdade.al.sp.gov.br/mortos-desaparecidos/ana-rosa-kucinski-silva>

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

páginas iniciais, o leitor esbarra com a força das palavras que insistem em contar vidas que se foram:

De tempos em tempos, o correio entrega no meu antigo endereço uma carta de banco a ela destinada [...]. Sempre me emociono à vista de seu nome no envelope. E me pergunto: como é possível enviar [...] cartas a quem inexistente há mais de três décadas? [...] É como se as cartas tivessem a intenção oculta de impedir que sua memória na nossa memória descanse; como se além de nos haverem negado a terapia do luto, pela supressão do seu corpo morto, o carteiro fosse um *Dybbuk*, sua alma em desassossego, a nos apontar culpas e omissões. Como se além da morte desnecessária quisessem estragar a vida necessária, esta que não cessa e que nos demandam nossos filhos e netos. [...] Sei que as cartas à destinatária ausente continuarão a chegar. O carteiro nunca saberá que a destinatária não existe; que foi sequestrada, torturada e assassinada pela ditadura militar [...]. O nome no envelope selado e carimbado, como a atestar a autenticidade, será o registro tipográfico não de um lapso ou falha do computador, e sim um mal de *Alzheimer* nacional. Sim, a permanência do seu nome do rol dos vivos será, paradoxalmente, produtor do esquecimento coletivo do rol dos mortos. (KUCINSKI, 2011, p.15)

A narrativa fragmentada traz o luto impossível, a negação da memória e da própria elaboração do passado, um luto sem corpo. Sinaliza as dificuldades para encontrar pistas do que aconteceu e evoca os múltiplos mecanismos de culpabilização das vítimas. Nas disputas pelo vivido, a narrativa testemunha a ausência: traz a “falência de toda busca por uma verdade apagada e impossível de ser recuperada – como, aliás, o corpo e a voz (ou o grito) das vítimas” (FINAZZI-AGRÒ, 2020, p. 03). Evoca a busca inconclusa pela verdade da violência e da repressão do Estado marcada pelos sentimentos de angústia, culpa e impotência que se mesclam às memórias da família já atormentada pelos traumas de outras violências, como o genocídio judeu na Segunda Guerra Mundial:

O sobrevivente só vive o presente por algum tempo; vencido o espanto de ter sobrevivido, superada a tarefa da retomada da vida normal, ressurgem com força inaudita os demônios do passado. Por que eu sobrevivi e eles não? É comum esse transtorno tardio do sobrevivente, décadas depois dos fatos. (KUCINSKI, 2011, p. 154)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Enfatizando a força da literatura, Beatriz Sarlo (2016, p.32) lembra que “os textos existem” e são obstáculos contra “o convite ao esquecimento”, sua possibilidade ou imposição. Teimam em “opor-se à hipocrisia de uma reconciliação amnésica” que pretende calar o que já se sabe: as *áreas sombrias* que, para Bernardo Kucinski, trazem a insegurança do passado e sua insistência:

Também os sobreviventes daqui estão sempre a vasculhar o passado em busca daquele momento em que poderiam ter evitado a tragédia e por algum motivo falharam [...]. O ‘totalitarismo institucional’ exige que a culpa, alimentada pela dúvida e opacidade dos segredos, e reforçada pelo recebimento das indenizações, permaneça dentro de cada sobrevivente como drama pessoal e familiar, e não como a tragédia coletiva que foi e continua sendo, meio século depois. (KUCINSKI, 2011, p.156)

Como tragédias individuais e coletivas, as duas obras constituem uma *escrita a contrapelo* que podem ser vistas como reação ao silenciamento na cena pública dos horrores praticados e que trazem a possibilidade, mesmo que de forma instável ou ainda incerta, de contribuir para a constituição de uma cultura da memória. O testemunho é parte de uma complexa política de memória e estabelece importante esforço ético e político, o que para Jeanne Marie Gagnebin (2006, p.47) implica na luta contra o esquecimento e a denegação que é também a luta “contra a repetição do horror (que, infelizmente, se reproduz constantemente)”.

Em um país formado historicamente por traumas (individuais e coletivos) que não foram superados e que exige uma reparação e educação, éticas e históricas, acompanhando o pensamento de Jaime Ginzburg (2012, p.220), pode-se refletir: “O que deve ser lembrado, o que deve ser lido? [...] Que livros devem ser lidos no ensino fundamental e médio, e como devem ser lidos? Que leituras são capazes de respaldar uma formação de cidadania?”.

Preocupado com o papel da literatura em um país marcado por processos históricos violentos, autoritarismos e indiferenças políticas, Jaime Ginzburg (2012) questiona as relações da literatura, as experiências traumáticas vividas pela sociedade brasileira do século XX e assinala a urgência do caráter político e ético do ensino de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

literatura e de história. Para o autor, o que se espera é uma vida literária e histórica – que inclua professores, estudantes, escritores e público leitor – pautada na responsabilidade, na necessidade de olhar criticamente para o passado, para os traumas e a violência. Ou seja, elaborar o passado significaria também a construção de uma política de memória literária.

A literatura não oferece soluções, não traz respostas prontas e fáceis, mas pode ser um dos lugares de fecundação do pensamento, como lugar de boas perguntas acerca de um problema (GUIMARÃES apud ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p.17). Na sala de aula, o uso da literatura pode contribuir para romper com o lugar, muitas vezes, “frio” e disciplinado das narrativas do livro didático. O espaço escolar mobiliza diferentes subjetividades e sensibilidades; é na escola que se começa a discutir literatura e, muitas vezes, se lê pela primeira vez. Para muitos, talvez seja a única oportunidade de contato com os livros, em especial, quando se trata de estudantes de escolas públicas.

Se o discurso literário é ação que instaura uma intervenção política (FARIA, 2006), dada a constituição social e cultural do Brasil, conformada em práticas autoritárias, desiguais e violentas, é importante estabelecer uma literatura ética e crítica que, juntamente com o ensino de história, possa – mais que ferramentas do conhecimento – promover os alicerces históricos para a construção do pensamento plural e a constituição de um repertório mais humano e ético, mobilizando novas racionalidades para pensar o outro.

Afinal, contar história(s) é também acolhê-las; é ativar a circulação de (in)visibilidades. Finalizo com Julián Fuks (2018, p. 284): “A literatura se faz nessa busca. [...] uma dívida com o passado que a literatura não vai saldar”, mas que pode encontrar palavras e isso “já é transformar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BAUER, C. S. *Como será o passado?* História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. 1ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

DIAS, F. D. A situação da narrativa contemporânea hoje. Entrevista com Julián Fuks. *SOLETRAS* – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. n. 36 (jul.- dez. 2018). p.273-285. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em 26 set. 2019.

FARIA, D. *O mito modernista*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

FIGUEIREDO, E. A resistência, de Julián Fuks: uma narrativa de filiação. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, (60), e6005, 2020.

FINAZZI-AGRÒ, E. O corpo expropriado: Bernardo Kucinski – Diário de uma perda. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, (60), e6001, 2020.

FUKS, J. *A resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FUKS, J. A era da pós-ficção: notas sobre a insuficiência da fabulação no romance contemporâneo. In: DUNKER, Christian *et al.* Ética e pós-verdade. Porto Alegre: Dublinense, p. 73-93

GAGNEBIN, J. M. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo: Editora 34, 2006.

GINZBURG, J. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Edusp, 2012.

GUIMARÃES, M. L. S. Prefácio. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. *História: A arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.

GUMBRECHT, H. U. *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: Sobre um potencial oculto da literatura. Trad. Ana Isabel Soares. 1.ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC Rio, 2014.

GUMBRECHT, H. U. *Depois de 1945*: latência como origem do presente. Trad. Ana Isabel Soares. 1ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

KUCINSKI, B. K. *Relato de uma busca*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

MENESES, S. Bolsonarismo: um problema “de verdade” para a história. In: KLEN, B.; PEREIRA, M.; ARAÚJO, V. (org.) *Do fake ao fato*: des(atualizando) Bolsonaro. Vitória: Milfontes, 2020.

PENNA, F. de A.; FERREIRA, R. de A. O trabalho intelectual do professor de história e a construção democrática: Práticas de História Pública frente à Base Nacional Comum Curricular e

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ao Escola sem Partido. In: ALMEIDA, J. R.; MENESES, S. (org.). *História Pública em debate: Patrimônio, educação e mediações do passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.

PEREIRA, M. H. de F. Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014). *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 863-902, set/dez 2015.

PEREIRA, N. M. Ensino de História, dever de memória e os temas sensíveis. *Anais do II Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos*. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/seminarioECPE/index>. Acesso em: 07/dez./2018

RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível: Estética e política*. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: Editora 34, 2005.

SARLO, B. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Trad. Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras/Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SELIGMANN-SILVA, M. Imagens precárias: inscrições tênues de violência ditatorial no Brasil. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, n. 43, p. 13-34, jan./jun. 2014.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Revista Psicologia Clínica*. Rio de Janeiro: vol. 20, n.1, 2008, p.65-82.

SEFFNER, F.; PEREIRA, N. M. Ensino de história: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, v. 7, nº13, p.14-33. 2018.

TELES, E.; SAFATLE, V. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.